

2025 DEMONSTRATIVO FINANCEIRO

31/12/2025

EV COMERCIO DE VEICULOS LTDA

CNPJ: 45.901.867/0001-56

EV COMÉRCIO DE VEÍCULOS

EV COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas
EV COMERCIO DE VEICULOS LTDA

Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a diretoria tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, acompanhadas de suas correspondentes Notas Explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia tem sua sede localizada na cidade de Vitória, no Estado do Espírito Santo, e tem por objetivo principal o comércio e o agenciamento de automóveis e peças de reposição da marca BYD, a prestação de serviços de assistência técnica automotiva, comércio de veículos usados, atuando também nos estados de Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal.

Ficamos a disposições para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Vitória, 31 de março de 2026.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Quotistas da
EV Comércio de Veículos Ltda.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da EV Comércio de Veículos Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da EV Comércio de Veículos Ltda., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à EV Comércio de Veículos Ltda., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a EV Comércio de Veículos Ltda., continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

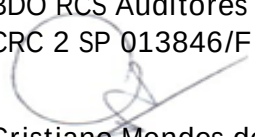


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F


Cristiano Mendes de Oliveira
Contador CRC 1 RJ 078157/O-2

EV COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2025	2024		Nota explicativa	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	101.177	10.860	Empréstimos e financiamentos	14	10.459	90.260
Contas a receber	7	158.824	104.964	Fornecedores	16	479.141	357.428
Estoques	8	405.000	358.126	Adiantamento de clientes e outras contas a pagar	17	28.450	15.022
Tributos a recuperar	9	8.746	7.597	Obrigações trabalhistas e tributárias	18	11.681	6.165
Adiantamento a fornecedores	10	3.332	5.673	Contas a pagar para partes relacionadas	11	3.769	4.675
Crédito diversos	10	2.757	3.885	Passivo de arrendamento	15	13.646	9.787
Contas a receber de partes relacionadas	11	23.651	9.812			547.146	483.337
Instrumentos financeiros Derivativos	4.5	363	6.273				
		703.850	507.190	Não circulante			
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	14	244.713	80.460
Instrumentos financeiros Derivativos	4.5	2.247	1.790	Provisões e Depósitos Judiciais	19	72	8
Direito de Uso	15	94.388	75.891	Passivo de arrendamento	15	87.903	69.137
		96.635	77.681			332.688	149.605
Imobilizado				Patrimônio líquido			
Intangível	12	139.380	92.127	Capital social	20	67.000	43.000
	13	8.381	10.875	Reserva de Lucros		-	6.709
		147.761	103.002	Reserva de incentivos fiscais		5.297	5.297
				Outros resultados abrangentes		-	(75)
				Prejuízo do exercício		(3.885)	-
						68.412	54.931
Total do ativo		948.246	687.873	Total do passivo e do patrimônio líquido		948.246	687.873
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.							

EV COMERCIO DE VEICULOS LTDA.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Receita operacional líquida	21	2.412.785	1.656.825
Custo dos veículos vendidos e serviços prestados	22	(2.227.966)	(1.514.716)
Lucro operacional bruto		184.819	142.109
Administrativas, comerciais e gerais	23	(145.924)	(102.782)
Outras receitas/(despesas) operacionais	24	(1.117)	(1.657)
Receitas/(despesas) operacionais		(147.041)	(104.439)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		37.778	37.670
Receitas financeiras	25	23.340	3.307
Despesas financeiras	25	(71.711)	(28.592)
		(48.371)	(25.285)
(Prejuízo) lucro antes da provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social		(10.593)	12.385
Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes	26	-	(5.249)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(10.593)	7.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EV COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(10.593)	7.136
Outros resultados abrangentes	75	(695)
Total do resultado abrangente do período, líquido de impostos	(10.518)	6.441
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		

EV COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros				Outros resultados abrangentes	Total
	Capital social	Reserva de subvenção	Reserva de lucros	Lucros/Prejuízos acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	33.000	5.297	551	-	620	39.468
Lucro do exercício	10.000	-	-	-	-	10.000
Outros resultados abrangentes	-	-	-	7.137	-	7.137
Constituição da reserva de Subvenção	-	-	-	-	(695)	(695)
Constituição da reserva de Lucro	-	-	6.709	(6.709)	-	-
Distribuição de lucros	-	-	(551)	(428)	-	(979)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	43.000	5.297	6.709	-	(75)	54.931
Integralização do Capital Social	24.000	-	-	-	-	24.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	(10.593)	-	(10.593)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	75	75
Absorção do prejuízo acumulado	-	-	(6.709)	6.709	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	67.000	5.297	-	(3.884)	-	68.412

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EV COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(10.593)	7.136
Ajustes ao resultado de itens que não afetam "caixa e equivalentes":		
Depreciação Acumulada	5.954	3.399
Amortização Acumulada	2.900	2.798
Custo líquido de ativos alienados	3.913	2.896
Provisão para demandas judiciais	64	8
Outros resultados abrangentes	75	(695)
Lucro líquido do exercício ajustado	2.313	15.542
Aumento/(redução) de ativos e passivos		
Contas a receber	(53.860)	(28.203)
Estoques	(46.874)	(286.781)
Tributos a recuperar	(1.149)	(6.846)
Crédito diversos e outros	1.128	(3.043)
Adiantamento a fornecedores	2.341	6.424
Instrumentos financeiros Derivativos	5.453	(7.267)
Contas a receber de partes relacionadas	(13.839)	(3.203)
Direito de Uso de Ativos	(18.497)	(70.888)
Fornecedores	121.713	273.676
Obrigações trabalhistas e tributárias	5.516	3.402
Adiantamento de clientes e outras contas a pagar	13.428	(5.741)
Contas a pagar para partes relacionadas	(906)	3.705
Passivo de arrendamento	22.625	73.672
Caixa líquido gerado (consumido) proveniente das atividades operacionais	39.392	(35.551)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de imobilizado	(57.121)	(73.219)
Aquisição de intangível	(406)	(396)
Caixa líquido (consumido) proveniente das atividades de investimentos	(57.527)	(73.615)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Captação/Pagamento de empréstimos	84.452	83.957
Distribuição de lucros	-	(979)
Integralização de capital	24.000	10.000
Caixa líquido gerado proveniente das atividades de financiamentos	108.452	92.978
Aumento (Redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	90.317	(16.188)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	10.860	27.048
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	101.177	10.860
Aumento (Redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	90.317	(16.188)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Companhia faz parte do Grupo Águia Branca, o qual possui negócios nas áreas de logística, transporte rodoviário, transporte aéreo e comércio de veículos e peças. A atividade relacionada com a área de comércio de veículos e peças é desenvolvida pela Companhia em conjunto com outras companhias do Grupo.

Em 2025, foram realizadas a venda no total de 12.714 unidade de veículos novos e 5.605 unidades de seminovos, possuindo 725 funcionários no final de 2025.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e políticas contábeis materiais

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão pela diretoria da Companhia em 31 de março de 2026, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão descritos a seguir.

As demonstrações contábeis da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

2.2. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis relevantes aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados.

2.2.1. Base mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Reconhecimento de receita;
- Contingências;
- Benefícios a empregados;

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as IFRS adotadas requer o uso de certas estimativas críticas. Esse fato também exige que a Diretoria da empresa exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis do grupo.

Como o julgamento da Diretoria envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a empresa adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes.

Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- Provisão para perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 7);
- Estimativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos (Nota Explicativa nº 26).

No entendimento da Diretoria da empresa, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

2.2.2. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.

b) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se aos investimentos de alta liquidez, resgatáveis em até três meses, cuja intenção da diretoria não é atender a compromissos de curto prazo.

2.2.3. Ativos Financeiros

a) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação tem o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela administração.

c) Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

A companhia avalia, no final de cada período de relatório, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

(ii) a companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da companhia com esse ativo.

2.2.4. Passivos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração:

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial.

Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, e instrumentos derivativos. Os empréstimos e financiamentos são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado e amortizados ao resultado junto aos encargos financeiros, afetando a determinação da taxa de juros efetiva.

b) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

c) Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo desses ativos durante o período de construção ou produção. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

d) Desreconhecimento de passivos financeiros:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

2.2.5. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Os instrumentos financeiros incluem as operações de Swap, e são reconhecidos de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Inicialmente, exceto pelas contas a receber, que são reconhecidas ao seu preço de transação (conforme CPC 47), os instrumentos financeiros são mensurados ao seu valor justo e acrescidos, no caso de instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

A classificação de instrumentos financeiros de acordo com o CPC 47 está demonstrada na Nota 4.5 – Instrumentos Financeiros por categoria.

2.2.6. Contas a Receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decorrer normal das atividades da empresa.

Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda ao ciclo normal da empresa), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos as perdas estimadas das contas a receber (impairment). Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

2.2.7. Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa das contas a receber são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela diretoria da empresa como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

As despesas com a constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação desses créditos, os valores creditados na rubrica "Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa" são revertidos contra a perda constituída.

2.2.8. Estoques

De acordo com o IAS 2/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.2.9. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da empresa, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no início de cada operação, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou a duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Ano
Edificações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Instalações	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2.10. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os valores contábeis líquidos dos ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

2.2.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.2.12. Reconhecimento de receita

A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. O seu reconhecimento está de acordo com o CPC 47 – Receita com Contratos de Clientes, que estabelece um modelo de cinco etapas para determinar como e em que momento será reconhecida, bem como sua mensuração, desde que as receitas e custos possam ser mensurados com segurança. Além disso, critérios específicos para cada uma das atividades da companhia devem ser atendidos, conforme descrição a seguir:

a) Venda de produtos

A empresa beneficia e vende diversos produtos, tais como veículos novos, usados e peças de reposição das marcas BYD.

A companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao comprador.

b) Venda de serviços

A empresa realiza a prestação de serviços de assistência técnica automotiva das marcas BYD.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida com base nos serviços realizados durante o período até a data do balanço.

2.3. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante. As alterações incluem principalmente o seguinte:

- Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é;
- Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra;
- Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra;
- Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível;
- Exemplos ilustrativos; e
- Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada.

A Entidade adotou as alterações à IAS 21/CPC 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluímos que tais alterações não acarretam impactos para a Entidade, por três razões principais:

- a Entidade não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes;
- a Entidade não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; e
- Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma.

Diante disso, concluímos que as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Entidade, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos internos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

- b) Exemplos ilustrativos para divulgação nas Demonstrações Contábeis sobre incerteza relacionadas ao clima.

Durante novembro de 2025, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) publicou exemplos ilustrativos de divulgação sobre incertezas relacionadas ao clima. Como esses exemplos ilustrativos acompanham materiais para as Normas Contábeis IFRS, esses exemplos não têm data de vigência. No entanto, espera-se que as entidades as implementem em tempo hábil.

A Entidade não adotou antecipadamente as IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de dados financeiros relacionados a sustentabilidade e IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao clima, obrigatórias para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com isso os exemplos ilustrativos trazidos pelo IASB não impactaram estas Demonstrações Contábeis.

2.4. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Entidade, a saber:

- a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.

A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a Entidade está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Entidade espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

3. Impactos da reforma tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Principais Substitutos e Mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e,
- Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

Avaliação de impacto

- A Entidade avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas conforme divulgado nas notas explicativas nº 7 sobre PECLD de contas a receber, nº 9 tributos a recuperar, nº 2.2.8 vida útil do ativo imobilizado e nº 19 sobre provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

- A Entidade atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026.
- A Entidade mantém controle dos termos de benefícios fiscais e têm ciência de que deverão ser informados em ambiente e-Cac para comprovação de sua onerosidade e, futuramente, elegíveis para recebimento de recursos do Fundo de Compensação.
- A Entidade reconhece a obrigatoriedade de entregar a DERE, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja aferição não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções.
- A Entidade não tem IR Diferido ativo de prejuízo fiscal e diferenças temporárias, não tem ágio de combinação de negócios e nem outros intangíveis com vida útil indeterminada cujas premissas teriam impacto das alterações trazidas pela LC 214/2025 e LC 224/2025 nas projeções para teste de realização dos referidos ativos.
- A Entidade não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC 215/2025 e LC 224/2025 que requeressem uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora esperar impactos na geração de caixa e lucros futuros.

4. Gestão de risco Financeiro e instrumentos derivativos

4.1. Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pelo comitê financeiro e aprovado pelo Conselho de Diretoria da Companhia.

A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pelo Comitê Financeiro da Companhia e posteriormente submetida à Diretoria.

4.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

A gestão de risco é realizada pela alta Diretoria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta Diretoria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

a) Risco de mercado

A Companhia e as controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

I. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo.

Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Considerando que parte substancial dos empréstimos da Companhia está atrelada a taxas prefixadas, a Diretoria entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, como montadoras e o mercado de reposição. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Diretoria também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. Detalhes sobre a concentração de receita estão nas notas explicativas 21.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a Diretoria não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além das baixas de duplicatas consideradas como perdas já constituídas (Nota explicativa nº 7).

O valor contábil dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito está apresentado a seguir:

Descrição	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	101.177	10.860
Contas a receber (nota 7)	158.824	104.964

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Empresa ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Natureza	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	10.459	244.713	-	-	255.172
Fornecedores	479.141	-	-	-	479.141
	489.600	244.713	-	-	734.313

4.3. Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são salvaguardar a continuidade da Empresa, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Empresa pode revisar a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Empresa mantém dentro de sua estrutura de dívida líquida: total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	2025	2024
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	255.172	170.720
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(101.177)	(10.860)
(-) Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4.5)	(2.610)	(8.063)
Dívida líquida	151.385	151.797
Patrimônio líquido	68.412	54.931
Patrimônio líquido e dívida líquida	219.797	206.728

4.4. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais;

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

- Nível 2: utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

I. Valor justo de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

a) Aplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

b) Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis divulgados na Nota Explicativa nº 14

c) Contas a receber e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

d) Análise de sensibilidade

A Companhia realiza captações de recursos com terceiros que são atualizadas por juros. A seguir, demonstram-se as análises de sensibilidade das possíveis oscilações desta taxa, considerando cenários positivos ou negativos, que podem gerar prejuízos ou ganhos materiais para a Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Considerando o cenário de juros no mercado interno, tendo o CDI como seu principal indexador, como base na taxa de fechamento de 31 de dezembro de 2025 projetamos os seguintes cenários:

	Cenário positivo		Cenário negativo	
	-10%	-5%	20%	10%
Valor total da dívida	253.882	253.882	253.882	253.882
Taxa estimada provável	19,42 a.a%		19,42 a.a%	
Despesa financeira provável	-49.309		-49.309	
Taxa estimada considerando os cenários	17,48%	18,45%	23,31%	21,36%
Despesa financeira recalculada	-44.378	-46.844	-59.171	-54.240
Acréscimo/decréscimo na despesa	-4.931	-2.465	9.862	4.931

4.5. Operações com instrumentos financeiros derivativos

As operações de "swap" registradas pela companhia foram contratadas simultaneamente às operações de empréstimos em moeda estrangeira, contemplando prazos, taxas e valores equivalentes, visando eliminar a exposição à variação cambial e fixando sua atualização pelos índices do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), acrescido de determinado percentual de "spread".

A composição das operações com derivativos em 31 de dezembro de 2025 é conforme demonstrado a seguir:

Derivativo - Swap 2025 - EV Comercio												
Emp	Instituição	Moeda	Recebe	Paga	Data Início	Data Vencimento	Valor Nacional US\$ / €	Valor Nacional R\$	SWAP Accrual	SWAP Valor	Accrual x Valor Justo	
EV	ITAU	EUR	3.74% a.a.	100.00% CDI + 1.85% a.a.	25/03/25	25/03/27	2.416	15.000	190	-	190	
EV	SANTANDER	USDV	6.75% a.a.	100.00% CDI + 2.80% a.a.	07/06/23	08/06/26	2.024	10.000	363	-	363	
EV	SAFRA	USDV	4.95% a.a.	100.00% CDI + 1.48% a.a.	02/10/25	30/09/27	4.696	25.000	261	-	261	
Posição ativa de derivativos (swap)							9.137	50.000	814	-	814	
EV	SAFRA	USDV	4.85% a.a.	100.00% CDI + 1.48% a.a.	15/09/25	08/09/27	6.956	37.500	(320)	-	(320)	
EV	SANTANDER	USDV	5.36% a.a.	100.00% CDI + 1.62% a.a.	10/06/25	10/06/27	3.591	20.000	(1.364)	-	(1.364)	
EV	SANTANDER	USDV	5.13% a.a.	100.00% CDI + 1.50% a.a.	14/08/25	16/08/27	9.259	50.000	(893)	-	(893)	
Posição passiva de derivativos (swap)							19.806	107.500	(2.577)	-	(2.577)	
Total Líquido							28.943	157.500	(1.763)	-	(1.763)	

5. Estimativas e premissas contábeis críticas

A Diretoria da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas, que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contemplados a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção;
- Provisões: a determinação de provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Impairment: a Diretoria revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável;
- Valor justo de instrumentos financeiros: o valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas que levam em consideração o julgamento da Diretoria da Companhia com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Representado por:

Descrição	2025	2024
Caixa	38	10
Bancos conta movimento	133	652
Aplicações financeiras	101.006	10.198
	101.177	10.860

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações em fundos de investimento de renda fixa (fundos não exclusivos), certificados de Depósito Bancário (CDBs) e debenture compromissadas, não possuindo garantia atrelada aos seus saldos. As aplicações possuem rentabilidade de 20% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento, sem prejuízo da remuneração apropriada.

7. Contas a receber

	2025	2024
Veículos, peças e acessórios e	77.382	53.922
Cartões de crédito	25.447	11.476
Títulos a Receber	310	876
Títulos a Receber Montadoras	55.685	38.690
	158.824	104.964

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

A abertura do saldo de contas a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	2025	2024
A vencer	123.955	85.610
Vencidos		
Vencidos até 30 dias	18.432	12.577
Vencidos de 31 a 90 dias	4.678	3.511
Vencidos de 91 a 180 dias	1.147	1.891
Vencidos de 181 a 365 dias	9.712	1.375
Vencidos + de 365 dias	900	-
	34.869	19.354
 Total de contas a receber	 158.824	 104.964

Baixas de duplicatas consideradas como perdas já constituídas:

	2025	2024
Baixas	353	10
(-) Perdas Recuperações	-	-
Saldo final	353	10

As políticas de vendas para os clientes estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela sua Diretoria e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Desta forma, a Companhia não constituiu provisão para perda esperada de crédito de liquidação duvidosa.

8. Estoques

	2025	2024
Veículos novos	346.037	294.048
Veículos usados	43.833	55.454
Peças e acessórios	15.130	8.624
	405.000	358.126

Em 2025, a empresa EV comércio se consolidou no mercado aumentando significativamente seu estoque para atender aos clientes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

9. Tributos a Recuperar

	2025	2024
Imposto sobre circularização de Mercadoria e Serviço (ICMS)	6.351	7.465
Imposto de renda (IRRF e IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	1.258	167
Outros	1.137	(35)
Total	8.746	7.597

10. Adiantamento a Fornecedores e Créditos diversos

	2025	2024
Adiantamento a fornecedores	3.332	5.673
Créditos diversos	2.757	3.885
Total	6.089	9.558

11. Transações com partes relacionadas

	2025	2024
Autoport Transportes e Logística Ltda (i)	23	38
Kurumá Veículos S.A. (i)	20.139	3.348
VD Comércio de Veículos Ltda (i)	597	5.761
AB Comércio de Veículos Ltda (i)	1.900	170
VM Comércio de Veículos Ltda (i)	858	129
Savana Comércio de Veículos Ltda. (i)	-	5
Kyoto Comércio de Veículos Ltda (i)	-	361
Vix Transportes Dedicados Ltda (i)	3	-
Vitória Motors Ltda (i)	0	-
EV Comério de Veículos Ltda (i)	131	-
Contas a receber	23.651	9.812
Let's Rent a Car S/A. (ii)	2	5
Draco Serviços e Acessórios para Veículos Ltda (ii)	341	186
Kurumá Veículos S.A. (ii)	939	228
VD Comércio de Veículos Ltda (ii)	145	4.239
VM Comércio de Veículos Ltda (ii)	18	17
AB Comércio de Veículos Ltda (ii)	533	-
Rio Novo Locações Ltda (ii)	136	-
Savana Comércio de Veículos Ltda (ii)	1	-
EV Comério de Veículos Ltda (ii)	1.654	-
Contas a Pagar	3.769	4.675
Kurumá Veiculo S.A. (i)	128.846	42.956
AB Comercio de Veículos LTDA (i)	23.527	745
Autoport Transportes e Logística Ltda (i)	166	53
Let's Rent a Car S/A. (i)	438	112
Kyoto Comercio de Veiculos LTDA (i)	2.217	10.907
Savana Comércio de Veículos Ltda. (i)	-	32
VM Comércio de Veículos Ltda (i)	2.380	383
VD Comércio de Veículos Ltda (i)	3.441	1.127
Vitória Motors Ltda (i)	0	-
GODRIVE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA (i)	281	-
EV Comério de Veículos Ltda (i)	6.864	-
Agaxtur Agência de Viagens e Turismo S/A (i)	115	-
Vix Logística S/A (i)	659	-
Vix Transportes Dedicados Ltda (i)	10	-
Receita de vendas (i)	168.944	56.315
Rio Novo Locações. (iii)	1.070	-
Custos e despesas	1.070	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

- (i) Venda de veículos, peças e serviços para manutenção da frota da Companhia ligada indiretamente, em condições normais de mercado;
- (ii) Obrigações financeiras assumidas pela companhia junto às partes relacionadas, decorrentes de operações usuais, como fornecimento de bens, serviços ou adiantamentos recebidos.
- (iii) Valores relacionados à locação de imóveis utilizados nas atividades operacionais da Companhia, em condições normais de mercado.

12. Imobilizado líquido

Representado por:

Descrição	%Taxa de depreciação/ amortização	2025	2024
Moveis e utensílios	10	10.915	7.332
Instalações	10	2.724	2.156
Veículos	20	4.363	8.012
Ferramentas	10	1.843	901
Computadores e periféricos	20	6.300	4.598
Máquinas e equipamentos	10	12.032	6.106
Benfeitoria e obras	10	101.203	63.022
Total		139.380	92.127

12.1. Movimentação analítica

A movimentação analítica do imobilizado para o exercício de 2025 e 2024 encontra-se demonstrada a seguir:

Descrição	Custo			
	Saldo anterior 31/12/2024	Adição	Baixa	Saldo custo 31/12/2025
Moveis e utensílios	7.965	4.718	(28)	12.655
Instalações	2.447	869	-	3.316
Veículos	8.012	-	(3.650)	4.362
Ferramentas	974	1.105	-	2.079
Computadores e periféricos	5.308	3.154	(5)	8.457
Máquinas e equipamentos	6.555	7.042	-	13.597
Benfeitoria e obras	64.714	40.233	(230)	104.717
Total do custo	95.975	57.121	(3.913)	149.183

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Descrição	Depreciação			
	Saldo anterior 31/12/2024	Adição	Baixa	Saldo custo 31/12/2025
Moveis e utensílios	(634)	(1.105)	-	(1.739)
Instalações	(291)	(301)	-	(592)
Veículos	-	-	-	-
Ferramentas	(73)	(163)	-	(236)
Computadores e periféricos	(710)	(1.447)	-	(2.157)
Máquinas e equipamentos	(449)	(1.116)	-	(1.565)
Benfeitoria e obras	(1.692)	(1.822)	-	(3.514)
Total da depreciação acumulada	(3.848)	(5.954)	-	(9.803)
Total do imobilizado líquido	92.127	51.166	-	139.380

Descrição	Custo			
	Saldo anterior 31/12/2023	Adição	Baixa	Saldo custo 31/12/2024
Moveis e utensílios	1.698	6.335	(68)	7.965
Instalações	1.105	1.382	(40)	2.447
Veículos	10.309	149	(2.446)	8.012
Ferramentas	249	727	(2)	974
Computadores e periféricos	596	4.906	(194)	5.308
Máquinas e equipamentos	844	5.711	-	6.555
Benfeitoria e obras	10.851	54.009	(146)	64.714
Total do custo	25.652	73.219	(2.896)	95.975

Descrição	Depreciação			
	Saldo anterior 31/12/2023	Adição	Baixa	Saldo custo 31/12/2024
Moveis e utensílios	(121)	(512)	-	(633)
Instalações	(93)	(198)	-	(291)
Veículos	-	-	-	-
Ferramentas	(17)	(56)	-	(73)
Computadores e periféricos	(68)	(642)	-	(710)
Máquinas e equipamentos	(91)	(358)	-	(449)
Benfeitoria e obras	(57)	(1.635)	-	(1.692)
Total da depreciação acumulada	(447)	(3.401)	-	(3.848)
Total do imobilizado líquido	25.205	69.818	(2.896)	92.127

12.2. Revisão da vida útil

A Companhia avaliou a vida útil econômica de todos os itens que compõem seu ativo imobilizado e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, uma vez que não ocorreu qualquer alteração nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

13. Intangível líquido

Representado por:

	% - Taxa anual de amortização	2025	2024
Direito de uso de software	20	909	504
Direito de Concessão	-	13.631	13.631
		14.540	14.135
Amortizações acumuladas		(6.159)	(3.260)
		8.381	10.875

Em 2023, por meio de instrumento particular de venda foi adquirido o direito de concessão da operação na região de Goiás no valor de R\$ 13.631, referente a marca BYD.

13.1. Resumo de movimentação

A movimentação do intangível em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Saldo inicial	10.875	13.275
(+) Aquisições	406	396
(-) Baixas	-	-
(-) Amortização	(2.900)	(2.798)
Saldo final	8.381	10.875

13.2. Revisão da vida útil

A Empresa avaliou a vida útil econômica de todos os itens que compõem seu ativo imobilizado e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2025, uma vez que não ocorreu qualquer alteração nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior.

14. Empréstimos e financiamentos

A movimentação em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 está demonstrada a seguir:

Representado por:

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Capital de giro	93.979	76.832
Notas comerciais	0	50.684
Operações de moeda estrangeira	161.193	35.736
Provisão de encargos	-	(797)
Provisão ajuste a valor justo	-	8.265
	255.172	170.720
Circulante	10.459	90.260
Não circulante	244.713	80.460
Total de Empréstimos e Financiamentos	255.172	170.720

14.1. Capital de Giro

Captação	% Juros anuais	31/12/2025					
		Saldo Devedor	Provisão de encargos	Circulante	Saldo Devedor	Provisão de encargos	Não Circulante
15.000	CDI + 2,36% a.a	-	(167)	(167)	15.453	-	15.453
15.000	CDI + 2,36% a.a	-	(167)	(167)	17.784	-	17.784
20.393	CDI + 2,36% a.a	-	(167)	(167)	20.737	-	20.737
25.000	CDI + 2,36% a.a	4.368	(167)	4.200	21.419	-	21.419
15.000	CDI + 1,65% a.a	537	(651)	(114)	15.000	-	15.000
90.393		4.905	(1.319)	3.586	90.393	-	90.393

14.2. Operações de moeda estrangeira

Captação	% Juros anuais	31/12/2025		
		Saldo	Circulante	Não Circulante
15.000	CDI + 1,85% a.a	16.230	599	15.631
10.000	CDI + 2,80% a.a	3.729	3.729	-
20.000	CDI + 1,62% a.a	21.722	-	21.722
25.000	CDI + 1,48% a.a	26.742	1.212	25.530
37.500	CDI + 1,48% a.a	39.919	1.332	38.586
50.000	CDI + 1,50% a.a	52.851	-	52.851
157.500		161.194	6.873	154.320

14.3. Composição da parcela de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2025, as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos:

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Ano	Capital de giro	Notas comerciais	Operações de moeda estrangeira	Provisão de encargos	Total
2027	-	-	152.063	2.257	154.320
2028	14.377	-	-	-	14.377
2029+	76.016	-	-	-	76.016
	90.393	-	152.063	-	244.713

14.4. Garantias

As linhas de empréstimos possuem como garantia notas promissórias e aval dos acionistas controladores.

14.5. Movimentação dos empréstimos

Saldo em 31 de dezembro de 2023	86.763
Captações	75.392
Ganho ou perda com instrumentos financeiros	84
Provisão de juros	13.385
Amortizações	-
Pagamento de juros	(12.091)
Provisão de encargos	(797)
Provisão ajuste a valor justo	7.984
Saldo em 31 de dezembro de 2024	170.720
Captações	162.500
Ganho ou perda com instrumentos financeiros	9.890
Provisão de juros	24.307
Amortizações	(86.780)
Pagamento de juros	(19.288)
Provisão de encargos	(1.016)
Provisão ajuste a valor justo	(5.161)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	255.172

15. Direito de Uso de Ativos - Arrendamento

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Empresa aplicou a CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige a apresentação comparativa de períodos anteriores.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Na adoção inicial, os passivos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental da Empresa de 7,72%, e os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente. Para os contratos aptos para o aproveitamento do crédito do PIS e da COFINS, os tributos a recuperar são reconhecidos conforme o pagamento efetivo do arrendamento.

A Empresa aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado.

a) Ativo de direito de uso

	EV Comércio	
	2025	2024
Saldo inicial	75.891	5.003
Aquisições	46.072	80.710
Amortização	(15.399)	(9.521)
Baixas	(12.176)	(301)
Saldo	94.388	75.891

b) Passivo de arrendamento

	2025	2024
Saldo inicial	78.924	5.252
Adições de novos contratos	69.274	85.131
Baixas por alteração contratual	(46.649)	(11.459)
Saldo	101.549	78.924
Circulante	13.646	9.787
Não circulante	87.903	69.137

c) Resultado de arrendamento

	2025	2024
Isenções (Arrendamentos variáveis, de baixo valor ou prazo inferior a 12 meses)	(2.680)	(4.521)
Amortização do arrendamento de aluguel	(15.482)	(8.954)
Despesas financeiras - Juros acumulados (AVP)	11.856	6.731
Crédito de PIS e COFINS diferido	2.216	1.237

16. Fornecedores

Representado por:

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
BYD - veículos novos	461.933	340.139
Veículos usados	4.621	8.049
Outros fornecedores – diversos	15.711	12.435
Encargos e devoluções	(3.124)	(3.195)
	479.141	357.428

17. Adiantamento de clientes e outras contas a pagar

Adiantamento de cliente é referente à operação de venda de veículos, ocasionando o pagamento antecipado realizado pelo consumidor final. Contas a pagar diversas são referentes ao funcionamento das operações do negócio:

	2025	2024
Adiantamento de Clientes	28.293	14.950
Contas a pagar Diversas	157	72
Total	28.450	15.022

18. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias

Representado por:

	2025	2024
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		
Previdenciárias - FGTS/INSS	1.842	1.153
Com pessoal - salários/outros	8	14
Provisão - férias e encargos	4.798	2.680
	6.648	3.847
Obrigações tributárias		
Federais - PIS/COFINS/IRPJ/CSL	1.841	1.063
Estaduais - ICMS a recolher	2.005	389
Municipais - ISS a recolher	231	86
Retenção de impostos - terceiros (IRRF/INSS/PIS,COF,CSLL/ISS)	956	780
	5.033	2.318
	11.681	6.165
Circulante	11.681	6.165
Não Circulante	-	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

19. Provisão para demandas judiciais

As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Diretoria, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha uma provisão nas demonstrações contábeis correspondente a processos cujo risco de perda foi considerado provável, conforme abaixo resumido:

Prováveis	Trabalhista	Cíveis	Total	Possíveis	Trabalhista	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2023	-	-	-	Saldo em 31/12/2023	-	-	-
Complemento provisão	-	8	8	Complemento provisão	145	3.107	3.252
Reversão de provisão	-	-	-	Reversão de provisão	-	-	-
Saldo em 31/12/2024	-	8	8	Saldo em 31/12/2024	145	3.107	3.252
Complemento provisão	44	20	64	Complemento provisão	484	3.075	3.559
Reversão de provisão	-	-	-	Reversão de provisão	-	-	-
Saldo em 31/12/2025	44	28	72	Saldo em 31/12/2025	629	6.182	6.811

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 67.000 (R\$ 43.000 em 2024), subscrito e integralizado, representado por 67.000 quotas (43.000 quotas em 2024), no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

20.2. Prejuízo Acumulado

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa gerou um prejuízo de R\$ 10.593 (lucro de R\$ 7.136 em 31 de dezembro de 2024), consumindo o saldo positivo anterior, e constituindo um saldo de R\$ 3.885 (R\$ 6.709 em 31 de dezembro de 2024) de prejuízo, classificado na conta Prejuízo Acumulado.

20.3. Reserva de incentivos fiscais

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa manteve a reserva de subvenções para incentivos fiscais com saldo de R\$ 5.297.

21. Receita operacional líquida

Representado por:

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Veículos novos	1.954.479	1.484.483
Veículos usados	571.096	283.487
Peças, pneus e acessórios	38.154	13.585
Outros serviços (comissões e outros)	42.690	15.464
Receita operacional	2.606.419	1.797.019
Impostos e outras deduções	(193.634)	(140.194)
Receita operacional líquida	2.412.785	1.656.825

22. Custo dos veículos vendidos e serviços prestados

Representado por:

	2025	2024
Custo de veículos novos	(1.684.182)	(1.252.360)
Custo de veículos usados	(510.509)	(252.823)
Custo na venda de peças e acessórios	(23.445)	(6.905)
Custo dos serviços prestados e outros	(9.830)	(2.628)
	(2.227.966)	(1.514.716)

23. Despesas administrativas, comerciais e gerais

Representado por:

	2025	2024
Despesas com pessoal	(64.020)	(39.567)
Depreciações e amortizações	(4.752)	(3.070)
Amortização do ativo de direito de uso	(15.482)	(8.954)
Serviços prestados por terceiros	(6.564)	(5.343)
Honorários dos administradores	(869)	(721)
Aluguéis	(2.680)	(4.521)
Despesas diversas de propaganda	(14.111)	(16.476)
Despesas com Vendas	(18.546)	(11.803)
Despesas com telefonia, energia elétrica e água	(5.339)	(1.855)
Despesas com viagens e estadias	(2.241)	(2.077)
Outros custos e despesas	(11.320)	(8.395)
	(145.924)	(102.782)

Em 31 de dezembro de 2025, o aumento da linha de outros custos e despesas com venda decorreu do reconhecimento de valores relacionados a itens agregados aos veículos para comercialização.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

24. Outras receitas (despesas) operacionais

Representado por:

	2025	2024
Outras receitas		
Receita venda imobilizado	2.508	2.631
Outras receitas diversas	3.939	2.352
	6.447	4.983
Outras despesas		
Custo venda imobilizado	(3.682)	(2.614)
Tributos sobre outras receitas	(3.798)	(3.998)
Outras despesas diversas	(84)	(28)
	(7.564)	(6.640)
	(1.117)	(1.657)

25. Resultado financeiro, líquido

Representado por:

	2025	2024
Despesas financeiras		
Juros passivos	(45.188)	(16.088)
Despesas bancárias	(2.627)	(1.311)
Juros sobre arrendamentos	(11.856)	(6.731)
Descontos concedidos	(595)	(512)
Outras despesas financeiras	(11.445)	(3.950)
	(71.711)	(28.592)
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.885	1.937
Descontos obtidos	106	54
Outras receitas financeiras	19.349	1.316
	23.340	3.307
Resultado financeiro líquido	(48.371)	(25.285)

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

26. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes das provisões tributárias	(10.593)	12.385
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	(3.602)	4.211
Efeito de adições		
(+) Adições permanentes	10.365	6.165
(+) Adições temporárias	-	-
Efeito de exclusões		
(-) Exclusões permanentes	(8.623)	(4.804)
(-) Exclusões temporárias		
(+/-) Prejuízo fiscal	1.860	-
(+/-) Equivalência patrimonial	-	-
(-/+) Constituição de provisão para contingência	-	-
(-/+) Outros	-	(24)
(-) Incentivos fiscais	-	(299)
(=) Imposto de renda e contribuição social correntes	0	5.249
(=) Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-

27. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia mantém seguros segundo a cobertura contratada, considerada suficiente pela Diretoria para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis; consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes

28. Benefícios a empregados

A política de benefícios tem por objetivo assegurar o bem-estar dos funcionários e também de seus familiares e, por essa razão, a Companhia oferece assistência médica, seguro de vida, vale-refeição ou vale-alimentação, programa de treinamento interno e vale-transporte.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

29. Remuneração dos administradores

Até 31 de dezembro de 2025, foi registrado a título de remuneração a diretores e administradores o montante de R\$ 869.

30. Eventos subsequentes

Não houve eventos relevantes até a data de publicação destas demonstrações financeiras.